TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 53ª
(QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 16 DE JUNHO DE 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wasny de Roure a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Como não existe Líder no plenário para fazer uso da palavra nos Comunicados de Líderes, passemos aos Comunicados de Parlamentares.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Não havendo *quorum* para os Comunicados de Parlamentares, sugiro a suspensão da sessão por trinta minutos até que haja *quorum* para o início das atividades.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h16min, a sessão é reaberta às 16h20min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Está reaberta a sessão.

Esta Presidência dá as boas-vindas a todos os que estão na galeria.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não sei se é de conhecimento de V.Exa., mas o Colégio de Líderes está reunido, neste momento, na sala da Presidência. Creio que é o motivo pelo qual os colegas não desceram para o plenário.

Eu estou aqui desde que iniciamos os trabalhos. Sugiro que se mantenha a sessão suspensa, conforme o Deputado Rodrigo Delmasso encaminhou.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Encerro os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, membros da imprensa, demais pessoas que estão na galeria, hoje, a Câmara Legislativa,

Deputado Wasny de Roure, entrará no marco da história da nossa cidade. Foi acordado no Colégio de Líderes que votemos hoje o Plano Distrital de Educação.

Esse plano traz alguns avanços, inclusive com substitutivos que foram aprovados na Comissão de Educação e Saúde, com emendas que foram acatadas na Comissão de Educação e Saúde, na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Eu quero aqui ressaltar alguns avanços.

O primeiro avanço é, durante esses dez anos, a universalização do atendimento, Deputado Wasny de Roure, para crianças a partir do zero ano de idade; ou seja, a universalização das creches. O Plano Distrital de Educação trouxe este avanço.

O segundo avanço foi o aumento dos investimentos na área de educação. Hoje, nós sabemos que constitucionalmente cada estado e cada município precisam investir, no mínimo, 25% do seu orçamento, da sua arrecadação na área de educação. O que foi aprovado no Plano Distrital e que nós colocaríamos 30%, sendo que os outros 5% devem ser colocados para investimentos, ou seja, para reformas de escolas, construções de novas creches, construções de novas escolas, aquisição de equipamento para as escolas, com o objetivo único de melhorar a qualidade do ensino público do Distrito Federal.

Outro grande avanço que foi colocado no Plano Distrital – e aqui eu quero ressaltar o Deputado Prof. Reginaldo Veras e o Deputado Wasny de Roure – fala sobre o ensino especial e sobre a contratação de novos profissionais para que acompanhem, nas escolas de ensino regular, as pessoas com deficiência. Falo isso, Deputado Wasny de Roure, porque eu tenho uma filha que é deficiente e que, infelizmente, eu não consegui matricular dentro da rede pública de ensino porque não tinha um profissional qualificado para acompanhá-la na sala de aula. A emenda que V.Exa. e o Deputado Prof. Reginaldo Veras apresentaram garante a permanência no Centro de Ensino Especial.

Considero um absurdo a proposta que foi apresentada no ano passado pelo Governo Federal de acabar com o ensino especial. Eu quero dizer o seguinte: sou testemunha, vivi isso, Deputado Dr. Michel. A minha filha, que tem epilepsia – todos aqui sabem –, era aluna do Centro de Ensino Especial 1, do Guará. Ela fazia parte de uma turma de estimulação precoce. Deputado Wasny de Roure, Deputado Dr. Michel, Deputada Luzia de Paula, Deputado Joe Valle, por causa da estimulação precoce, por causa do trabalho desses profissionais, que são extremamente qualificados, são apaixonados pelo ensino especial no Distrito Federal, a minha filha começou a falar e a andar.

Também parabenizo o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Prof. Reginaldo Veras por essa emenda que incluiu como uma das metas e estratégias a contratação desses profissionais e o acompanhamento das pessoas com deficiência, obviamente dentro do ensino regular.

Nós também aprovamos na Comissão de Constituição e Justiça uma adequação do Plano Distrital de Educação ao Plano Nacional de Educação que se refere à questão da ideologia de gênero. No Plano Nacional de Educação, foi aprovado um substitutivo que foi apresentado pelo Senado Federal e que foi relatado, na Câmara dos Deputados, pelo Deputado Ângelo Vanhoni, do PT do Paraná. S.Exa. admitiu o substitutivo que veio do Senado e que retirou toda a discussão referente à ideologia de gênero. E a justificativa que foi apresentada por esse Deputado do PT no Congresso Nacional é que esse tipo de situação já estava sendo contemplada em outros planos, como, por exemplo, o Plano Nacional de Direitos Humanos, que trata da questão de ideologia de gênero.

Nós aprovamos também na Comissão de Constituição e Justiça uma emenda que coloca como uma das principais diretrizes do Plano Distrital de Educação que a educação no Distrito Federal precisa valorizar os princípios da família e da vida para, principalmente, que as nossas crianças possam ter, Deputado Dr. Michel, uma educação de qualidade, valorizando as suas famílias. Aqui, digo família em seu contexto maior. O meu pai separou-se da minha mãe quando eu tinha 5 anos de idade. Nem por isso me tornei um meliante.

O Distrito Federal dá um grande passo ao valorizar a família, ao valorizar a vida no seu plano distrital e, ainda mais, adequando o plano distrital contra a questão da ideologia de gênero, que, para quem não conhece, é muito simples: ela prega que a sua defesa... o gênero não é determinado por questões biológicas, mas por questões conceituais. Bem, que eu saiba – e aí eu conclamo todos a chamarem cientistas –, a sexualidade é determinada por uma questão biológica. A sua opção é outra história. Não podemos aceitar que esse tipo de ideologia possa entrar nas escolas, para fortalecer a ideia de que a sexualidade não vem de uma questão biológica. Isso vai contra o que é estabelecido pela ciência, pela genética, e também contra, Deputado Wasny de Roure, o equilíbrio. Porque a natureza é equilibrada. Nela, existem homens e mulheres, existem machos e fêmeas.

Para finalizar, o Plano Distrital de Educação traz um outro grande avanço: o respeito a todas as opiniões. Deputado Wasny de Roure, aqui, ninguém quer tolher, obviamente, a expressão de qualquer segmento da sociedade. O Plano Distrital de Educação, dentro das suas emendas, traz a valorização do respeito às diversas opiniões. Por isso, quero pedir aos Parlamentares que votemos hoje o Plano Distrital de Educação, que vai ser um marco para o Distrito Federal. Vamos mudar justamente a educação no Distrito Federal, valorizando a família e valorizando a vida. Muito obrigado.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Galeria, muito obrigado pela manifestação em favor do Deputado Rodrigo Delmasso, mas peço que, por favor, permaneçam em silêncio, para que a gente continue ouvindo os demais Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento o Presidente, toda a Mesa e os Deputados presentes. Cumprimento também essa galeria, que realmente nos emociona e nos traz um desejo incrível de lutar pela cidade, pelas famílias. Realmente, é motivador. Hoje, tivemos a honra, o prazer de votar, na Comissão de Constituição e Justiça, o Plano Distrital de Educação. Fizemos um voto coadunado, alinhado com o Plano Nacional de Educação. Fizemos um voto voltado para a família, em que existe a pluralidade de ideias. Então, tivemos uma oportunidade muito grande hoje.

Quero agradecer aos Deputados que estiveram ali conosco, ajudando para a aprovação do texto que aprovamos na Comissão de Constituição e Justiça. Quero dizer que hoje é um dia muito importante, porque iremos votar o Plano Distrital de Educação, uma política para pelos menos os próximos dez anos da nossa cidade, na qual serão determinadas metas, diretrizes, planejamentos para a educação, para a nossa próxima geração.

Quero aproveitar e fazer um apelo a todos os Deputados, a fim de que olhemos para a família. Que seja um momento em que votemos não pensando em nós ou em um pequeno grupo, mas na família e em defesa da convicção dos pais! Que a gente possa viver dias melhores, ter uma educação de qualidade, estruturada,

mas que jamais esqueçamos daqueles que nos geraram! Não esqueçam que precisamos da família para uma sociedade bem-sucedida!

Deus abençoe todos!

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Bispo Renato Andrade; Sras. e Srs. Deputados e galeria que hoje está aqui em peso. Quero que vocês sejam muito bem-vindos a esta Casa, que, sem dúvida, é uma Casa democrática.

Tenho certeza de que hoje vamos dar um passo muito importante para o fortalecimento da educação no Distrito Federal. Primeiramente, quero esclarecer que o Plano Distrital de Educação contém metas e diretrizes que certamente melhorarão a educação na nossa cidade, mas não posso deixar de me posicionar contra a indução à ideologia de gênero na educação, por se tratar de uma questão da esfera pessoal do indivíduo, não cabendo ao Distrito Federal regular tais condutas.

Hoje a Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer que aprova o substitutivo ao Plano Distrital de Educação, que retira do texto as referências ao respeito à diversidade de gênero, ou seja, a ideologia de gênero e a orientação sexual. Isso foi retirado hoje.

Aqui quero saudar e parabenizar os cinco Deputados que foram a favor dessa mudança: Deputado Rafael Prudente, Deputada Sandra Faraj, Deputado Bispo Renato Andrade. Até o Deputado Chico Leite foi favorável.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Gente, por gentileza, peço silêncio. Preciso garantir a palavra ao Deputado. Por favor! Quem quer o seu direito respeite o direito do outro. Por favor!

DEPUTADO JULIO CESAR – Parabenizo também o Deputado Raimundo Ribeiro. Os cinco Deputados entenderam que o fórum de discussão seria aqui, e foi 5X0.

Segundo a ideologia de gênero, ninguém nasce homem ou mulher, mas deve construir sua própria identidade, isto é, o seu gênero ao longo da vida. A criança nasce sem sexo definido, e a escolha do seu sexo será feita por ela mesma durante seu desenvolvimento. É ela que vai decidir se é do sexo feminino ou masculino, independentemente da biologia homem ou mulher.

Minha preocupação é que isso usurpará dos pais o direito de conduzir a educação dos seus filhos, principalmente em temas de moral e sexualidade, já que todas as crianças serão submetidas à influência dessa ideologia, muitas vezes, sem o conhecimento e o consentimento dos pais. Trata-se, sem dúvida alguma, de uma violência arbitrária do Estado. É absurdo dizer para uma criança em sala de aula que o fato de ela ter nascido menino ou menina não quer dizer absolutamente nada e que ela irá construir sua própria identidade de gênero da forma que lhe convier. Temos a liberdade de educar nossos filhos e ninguém pode roubar o nosso direito. Essa é obrigação da família, que é responsável pela formação do caráter da criança. À escola cabe o ensino de excelência e não concorrer com a família. Acerca desse tema, ninguém pode tirar o direito da família.

Quero dizer claramente que eu sou contra a ideologia de gênero, sou contra a orientação sexual e pediria, Sr. Presidente, que pudéssemos já entrar nas votações, assim como nós combinamos no Colégio de Líderes, até mesmo para respeitar as pessoas que aqui compareceram, até por entender que esse tema será amplamente discutido. Acho que já poderíamos dar início às votações até porque, como dito já por vários Deputados, já há maioria contra esse posicionamento do Plano Distrital de Educação.

Então, pelos valores da família, apoio à família, não à ideologia e não à orientação sexual, por amor à família. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Gente, quem é a favor ou contra, por favor, deixe o Deputado se expressar. Depois, vocês se manifestem.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero iniciar a minha fala no dia de hoje dizendo que está acontecendo uma situação muito estranha nesta Casa. O comum, que sempre aconteceu até hoje, é a metade das pessoas que apoiam uma ideia ocupar a metade da galeria, e a outra metade ocupar a outra metade. Entretanto, isso não aconteceu aqui hoje. Isso não aconteceu aqui hoje. Há centenas de professores e professoras barrados lá fora.

(Manifestações da galeria.)

Segundo, Sr. Deputado Presidente, é necessário acabar com essa história de que queremos implantar na educação do Distrito Federal ideologia de sexo, de que queremos implantar ideologia de gênero. Isso não existe. Se procurarem a maioria das pessoas que estão falando disso, elas não sabem o que é gênero. É importante que essas coisas fiquem pontuadas.

Terceiro, todos nós aqui conhecemos a educação do Distrito Federal. Todos nós sabemos da capacidade desses educadores. Todos nós sabemos da qualidade do ensino e da dedicação que eles têm. Portanto, a única coisa que eles ensinam nas

escolas – e tem que ser assim – é que as pessoas têm que ser felizes do jeito como são, do jeito como nasceram.

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Gente, por favor, vamos garantir a palavra do Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Isso é a vontade de Deus. Portanto, está na hora de discutir as coisas com seriedade. Um plano de educação não é qualquer coisa. Um plano de educação não é para valorizar essa ou aquela religião. Até porque todas as religiões têm que ser respeitadas. Um Plano de Educação é para fazer com que nas escolas, efetivamente, sejam ministradas aulas cidadãs, é para transformar as pessoas em verdadeiros cidadãos e cidadãs. É para as pessoas, acima da tudo, pensarem e discernirem o que é bom e o que é errado.

É essa a visão que a gente tem que ter de educação. É só verificar os ensinamentos de uma pessoa que está aqui na Terra, mas que segue efetivamente os ensinamentos de Cristo, que é o Papa Francisco. Duvido que alguém tenha mais capacidade de discernimento do que ele.

(Apupos na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Por gentileza, vamos garantir a fala do Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, Deputado Bispo Renato Andrade, eu não tenho preocupação com vaias, porque são, exatamente, a intolerância. A vaia é a voz dos que não sabem ouvir. A vaia é a voz dos que não sabem escutar. A vaia é a voz da extrema direita brasileira. Portanto, vaia, a mim, não intimida! Porque há milhares de pessoas lá fora que pensam diferente. Há milhares de pessoas lá fora que querem e que têm uma visão diferente, que precisa ser respeitada. Não adianta virar as costas para quem fala aqui, porque a mim não intimida. Eu fui eleito pela vontade do povo do Distrito Federal, estarei sempre aqui para respeitar aquilo que a população do Distrito Federal decidiu.

(Apupos na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

(Manifestações da galeria.)

Por favor, permaneçam em silêncio. Gente, eu gostaria de dizer uma coisa para vocês, vamos combinar uma coisa aqui: eu acho que vocês todos que estão aqui merecem todo o nosso respeito, mas, estando a favor ou contra, respeitem os Deputados naquilo que eles colocam. O que vai prevalecer aqui é a votação daqui a pouco. Portanto, vamos esperar cada Deputado falar. Quem é a favor ou quem é contra tem o direito de vaiar, mas não de atacar os Parlamentares.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela minha contagem aqui, só está faltando o nobre Deputado Agaciel Maia fazer uso da palavra, como Líder. E nós combinamos no Colégio de Líderes que, depois das falas dos Deputados que representam os blocos, a gente adentre nas votações.

Então, eu gostaria que fosse cumprido o nosso acordo, até mesmo respeitando todas as pessoas, independentemente do lado em que elas estão, até para que a gente possa acelerar esse processo.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Deputado Julio Cesar, V.Exa. tem razão. Nós já encerramos os Comunicados de Líderes e estamos nos Comunicados de Parlamentares, mas não é por isso que cassaremos a palavra do Deputado Agaciel Maia. Acabaram os Comunicados de Líderes, mas V.Exa. pediu a palavra, o Deputado Agaciel Maia também pediu, e, pela importância da palavra, nós vamos ouvir – a pedido de V.Exa. – o Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero falar. Eu pedi para falar depois. Então eu gostaria que V.Exa. levasse em consideração o pedido que eu fiz para fazer uma intervenção.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, caros amigos, todos aqui presentes na galeria, pessoal da mídia, ontem nós ouvimos aqui durante mais de três horas o Secretário de Saúde. O cenário econômico do Distrito Federal nos deixa bastante preocupados, Deputado Wasny de Roure. Nós não podemos fugir dos aspectos econômicos porque a economia determina o nosso dia a dia. Ela faz mover estados e garante a sobrevivência, sendo essencial na regulação das nossas atividades humanas.

Crises fazem estados reduzirem seus investimentos em 46%. Há casos em que a tesourada chegou a quase 100%, como em Minas Gerais e no Distrito Federal. A crise econômica e a dificuldade de arrecadação levaram os governos estaduais a praticamente cortarem os investimentos neste ano. Obras paradas, adiamento de

novos projetos e atraso em pagamento de serviços são uma realidade em alguns dos estados mais ricos do País.

Levantamento realizado pela *Folha de S. Paulo* mostra que o volume de investimento nos 26 Estados e no Distrito Federal, Deputado Wasny de Roure – V.Exa. que é um economista renomado e um grande Parlamentar –, caiu em 11,3 bilhões nos quatro primeiros meses de 2015, valor corrigido pela inflação. Os dados foram extraídos dos balanços financeiros divulgados pelos governos. Há casos em que o corte foi quase total, como Minas Gerais, com queda de 97%, Deputado Ricardo Vale. No Distrito Federal, nós tivemos um corte de 91%.

Entre as dez maiores economias do País, só a Bahia elevou seu volume de investimento neste ano. Estes gastos abrangem despesas com obras e aquisição de equipamentos ou instalações permanentes.

Nós da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sofremos grande pressão, Deputado Wasny de Roure, na tentativa de atender os interesses e as necessidades da população de Brasília. Estamos fazendo um esforço gigantesco para adequar as questões orçamentárias do Distrito Federal, nesse quadro dramático. A comunidade de Brasília pode contar com o nosso esforço e de todos os colegas aqui da Câmara Legislativa – a exemplo da discussão feita ontem sobre o problema de saúde de Brasília, – para enfrentarmos essa dificuldade, Deputada Celina Leão, com a certeza de que melhores dias virão.

Esse é o pronunciamento que eu gostaria de fazer hoje à tarde.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Agaciel Maia.

Quero aproveitar e saudar todas as pessoas que estão no plenário. Sejam muito bem-vindas à Câmara Legislativa.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente; boa tarde, Srs. Parlamentares.

Mais uma vez nós ficamos muito felizes, Sra. Presidente, de ver esta Casa tomada pelo seu verdadeiro dono, que é o cidadão do Distrito Federal. Para nós, isso é o resgate da vocação histórica desta Casa. Esta Casa não nasceu para ser apenas o palco de discussões entre Parlamentares, não, ela nasceu para abrigar a população do Distrito Federal, que traz para cá todas as suas angústias e as suas aflições, porque espera que nós possamos fazer uma discussão transparente e, a partir daí, apresentar soluções.

O que está em pauta neste momento é a questão do Plano de Educação. É um nome muito bonito que traz ou deveria trazer um conteúdo extraordinário. Na minha visão, Sra. Presidente, nós deveríamos estar aqui discutindo inclusive o papel da nova escola, o que está motivando a escola a não atingir o seu objetivo, que é o

de escolarizar, e por que nós temos hoje na escola um terreno fértil para agressões até físicas e às vezes letais, como aconteceu há pouco tempo lá no Lago Oeste, fato que vitimou professores. Nós deveríamos estar discutindo essas questões, mas foi colocado também um ponto que se torna muito polêmico, que é a questão da ideologia de gênero.

Eu confesso a vocês que, tão logo esse assunto foi pautado, procurei me informar mais sobre esse tema, inclusive com as pessoas. Descobri que uma parcela significativa da população do Distrito Federal não sabe o que está sendo discutido aqui. Basta que se veja uma matéria que foi veiculada em dois canais de televisão em que, de forma unânime, as pessoas foram indagadas sobre o que é ideologia de gênero e elas não sabem o que é.

Não obstante isso, eu já vinha consultando pessoas que entendem do tema e recebi um conceito do que seria ideologia de gênero: significa uma construção pessoal, autodefinida, em que ninguém deveria ser identificado como homem ou mulher, mas teria o direito de construir a sua própria identidade. E aí eu comecei a fazer algumas indagações.

Primeiro, o nosso papel nesta Casa é elaborar leis. E o que é a lei? A lei deve materializar o pensamento majoritário da sociedade, o que significa dizer que, se a sociedade não está ciente do que está sendo discutido, se ela ainda não tem o conceito do que é ideologia de gênero, nós aqui podemos correr um sério risco de legislar sem atingir a finalidade principal da lei, que é materializar o pensamento da sociedade, o que evidentemente se mostrará como erro num futuro muito próximo.

Ainda assim, eu fui um pouco mais além: fui à questão de mérito. Confesso a V.Exas. que fiz todo um exercício possível para entender como é que as pessoas nascem sem essa definição. Talvez pela minha formação – ou má formação, sei lá –, talvez pela minha ignorância do tema, eu não consegui entender como é que a gente nasce indefinido, Sra. Presidente, não consegui.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Perdoem as minhas limitações, mas eu não consegui entender isso. É necessário... E até se fosse possível a um recém-nascido olhar um pouco para trás e descobrir a forma como ele nasceu. É algo difícil de entender! Não sei nem de onde surgiu essa história do sujeito pensar em não definir o seu gênero. Parece-me absurdo discutir e levantar determinadas questões.

Vejam só, a pessoa nasce, e ali no nascimento, salvo uma ou outra excepcionalidade, fica demonstrado qual o seu sexo, homem ou mulher. Acho que é mais ou menos assim que acontece. Então, como é que eu posso querer ignorar esse fato, que é da natureza humana?! Esse fato não é inventado por ninguém, esse fato não é resultado de um bebê de proveta, não, nada disso! Esse fato é inventado pela natureza, e a natureza faz isso com todos os seres vivos, o que não impede que a pessoa, ao longo da sua vida, vá construindo aquilo que deseja para si. Agora, não podemos tapar o sol com a peneira, não dá para imaginar que as pessoas nasçam

sem definição, Deputado Dr. Michel. Eu não consigo, desculpem, posso até estar sendo ignorante, mas lhe garanto que trago ao longo da minha trajetória de 57 anos de vida uma...

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito às galerias que esperem os Parlamentares falarem para depois se manifestarem. Assim garantiremos democraticamente o direito de todos. Obrigada.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Lamentavelmente, cada um dá o que tem. Algumas pessoas estão me mandando estudar. Saibam que eu estudo diariamente. Eu ouvi, não sou tão mouco a esse ponto! Quero dizer que isso não é papel de professor, até porque também sou professor. Coloco as discussões sempre com todo respeito. Então, para se fazerem respeitar, respeitem as pessoas.

Sra. Presidente, dando continuidade, considero absurdo que se coloque essa proposta em um plano de educação. Já antecipo de antemão que vou votar pela sua retirada; primeiro, por considerar que é antinatural, e, segundo, em resposta àqueles que não sabem fazer a discussão com civilidade.

Então, fica certo aqui o meu entendimento de votar contra e peço a V.Exa. a votação do projeto o mais rápido possível para poder retirar da cidade essa discussão que não é importante para a educação. O que é importante para a educação é a escola educar os nossos filhos. Esse é o papel dela.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Deputado Raimundo Ribeiro, quero dizer a V.Exa. que já sou definido. Eu já nasci definido. V.Exa. me questionou, mas quero dizer que sou bem definido e estou na idade da boa ideia.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos, boa tarde galeria.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, quero dizer da preocupação com que eu saí ontem aqui desta Casa após a oitiva do Secretário de Saúde, Sr. João Batista.

Infelizmente, poucos Deputados participaram. Nós convidamos o Secretário para vir explicar a situação da saúde pública do Distrito Federal. Infelizmente o Secretário e sua equipe nos deixaram bastante preocupados, sem perspectiva de melhoria pelo menos nos próximos três meses.

Eles não têm solução nenhuma para a falta de medicamentos; não têm solução nenhuma para falta de lençóis nos hospitais; não têm solução para impedir a proliferação dessas bactérias super-resistentes, para que elas sumam dos hospitais; não têm solução para tirar os nossos pacientes, infelizmente, a nossa população que está nos hospitais nas macas, nos corredores, próximo aos banheiros.

Então, nós ficamos nos perguntando – lamentando profundamente isso – por que a nossa população vai continuar sofrendo muito. E não é por conta de dinheiro.

Pasmem! O Secretário de Saúde disse que, para colocar a saúde do jeito que ele quer, precisa de um aporte de mais ou menos 1 bilhão e 200 mil reais, mas isso a médio e longo prazo. A curto prazo, para resolvermos essa situação calamitosa em que se encontra a saúde, é só a Secretaria de Saúde providenciar e encaminhar os processos, muitos deles de licitação, que já estão prontos, para comprar os medicamentos, comprar seringas, comprar luvas, comprar materiais básicos para o dia a dia do funcionamento dos hospitais.

O próprio Secretário falou: "Há trezentos e tantos milhões do Fundo da Saúde que estão aplicados no banco. Estão aplicados em CDB." Ele disse que tem de ficar aplicado mesmo, senão o dinheiro perde o rendimento. Também disse da dificuldade que é encaminhar esses processos, porque há muito questionamento jurídico, há muito questionamento do Ministério Público, há o receio dos gestores de comprar produtos superfaturados, enfim. Então vai ser demorado mesmo tirar a saúde pública do Distrito Federal dessa situação.

Eu falo para vocês e falei para ele: "Secretário, olha, eu acho melhor você e sua equipe trabalharem no sentido de providenciar esses medicamentos, esses materiais básicos, material de limpeza, material de higiene nos hospitais, até porque o governo decretou um processo de emergência na saúde pública, pelo qual ele pode acelerar essas compras". Então, é melhor o governo e a Secretaria de Saúde comprarem logo esse material para resolver isso e salvar vidas do que ficar empurrando com a barriga, fazer todo o processo da forma que tem que ser, enquanto os nossos pacientes, a nossa população está morrendo nos hospitais. Essa é uma questão extremamente urgente.

Então, eu queria dizer para vocês que saí preocupado. Felizmente esta Casa está montando – não é isso, Deputado Prof. Reginaldo Veras? – uma comissão de cinco Deputados para acompanhar toda a ação do GDF com relação à saúde pública do Distrito Federal. Pedi que cada bloco indicasse um Deputado. Espero que nós aprovemos essa comissão o mais rápido possível. É uma comissão especial de apenas 180 dias para que possamos ajudar o governo a sair dessa situação com urgência, porque quem está pagando o preço, quem está sofrendo é a nossa população.

Quero dizer também da audiência pública que houve aqui com relação à Lei do Silêncio, que foi extremamente rica, porque aqui estiveram pessoas contra a mudança da lei, pessoas a favor da mudança da lei. Foi um processo extremamente

democrático. Evidentemente, os ânimos estiveram exaltados, mas quero dizer que apresentei essa lei com muita tranquilidade, sem receio nenhum, sem medo nenhum. Nós temos de debater.

Eu fiz um desafio hoje à diretora do Ibram e a convidei – pois sei que ela é completamente contra a alteração da lei – para que ela fosse comigo, a partir de quinta-feira, escolhesse onde ela quisesse – em qualquer igreja, seja lá qual religião, qualquer terreiro, qualquer lugar, em qualquer bar, em qualquer restaurante – e levasse todo o aparato técnico que eles têm lá, decibelímetro, etc. Fiz o convite a ela para irmos a qualquer lugar para vermos se algum lugar funciona a menos de 55 decibéis. Não existe! Não existe lugar nenhum! Nem aqui agora onde estamos conversando. Aqui deve dar uns 70 decibéis.

Então nós, esta Casa, os Deputados, não temos de ter receio ou medo de discutir isso não. Nós precisamos resolver isso, porque centenas de músicos, centenas de trabalhadores estão sendo desempregados, bares e restaurantes fechados, igrejas católicas, evangélicas, terreiros de macumba sendo fechados por uma lei que é impossível de seguir. Impossível tocar uma música, rezar um culto, enfim, rezar uma missa com esses decibéis. Então eu queria pedir aos Deputados que tivessem calma, porque o debate vai continuar. Que se chamassem todos os envolvidos para o debate sem medo, sem receio, e aqui nós iríamos modificando a lei de tal forma que pudéssemos resolver essa situação, e que ninguém saísse prejudicado.

Por fim, infelizmente também, eu quero lamentar – mas primeiro parabenizar a todos vocês que vieram aqui hoje – a ausência dos professores que participaram intensivamente, duramente, dessa questão do Plano Distrital de Educação. Eles foram impedidos de entrar aqui hoje, e se restringiu todo esse debate importante que é o Plano Distrital de Educação, no qual será apresentado um monte de propostas para melhorar a educação da nossa cidade, uma série de ações que vão ser feitas nos próximos dez anos. Nós restringirmos esse debate para apenas um item, que é a questão de gênero.

Parece que o Plano Distrital de Educação se restringe à questão de gênero. Ora! Eu vou perguntar a vocês aqui, vou perguntar ao público presente aqui, porque eu sei que a maioria aqui é ligada à comunidade evangélica.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO RICARDO VALE – Está bom! Melhor ainda: há algum homossexual aqui? Há. Bissexual, há aqui? Há algum travesti aí? Transexual há alguém?

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO RICARDO VALE – Não tem quase ninguém, não é?

Então está bem, eu vou concluir.

Olha, gente, essa emenda que alguns Deputados apresentaram aqui vai simplesmente impedir que um transexual, que um homossexual, pessoa que já é assumidamente, como eu digo, já se sente de um outro gênero... Dá licença? Olha o preconceito, gente! Olha o preconceito!

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO RICARDO VALE – Olha o preconceito! Olha o preconceito! Posso concluir?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pessoal, pessoal! Deputado Ricardo Vale, V.Exa. tem trinta segundos para concluir. Peço silêncio ao auditório e dou trinta segundos para V.Exa. concluir.

DEPUTADO RICARDO VALE – Nós vamos impedir a pessoa de ser chamada como ela quer na sala de aula, dentro de uma escola. Isso é um absurdo! Nós estamos cerceando as pessoas de serem chamadas do jeito que elas bem entenderem.

Portanto, eu lamento essa emenda. E quero lamentar profundamente e dizer que vou votar contra essa emenda.

Um grande abraço a todos vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Ricardo Vale.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pessoal, eu quero pedir... Olha só, gente. Deixem eu fazer uma questão de ordem aqui para vocês.

Primeiro, Deputado Ricardo Vale, V.Exa. disse que os professores foram impedidos de entrar nesta Casa. Não. Eu quero restabelecer a verdade. Hoje o plenário estava aberto desde as 2h da tarde, todas as pessoas que entraram tiveram acesso às galerias.

(Manifestação fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu não vou polemizar isso, Deputado, não vou. V.Exa. vai falar a sua versão e eu vou falar a minha. Eu só estou esclarecendo para V.Exa. Todos entraram. Nenhum professor nunca deixará de entrar aqui.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Só um minuto, pessoal, um minuto. Inclusive o Deputado Chico Vigilante me ligou, e eu coloquei quatro pessoas para dentro do plenário, eles estão aqui dentro com a oportunidade de conversar com os Parlamentares. Então eu não vou entrar no debate.

Outra coisa, pessoal, aqui os Deputados irão votar democraticamente "sim" ou "não". Vocês vão saber quem votou "sim" e quem votou "não". O que eu vou

pedir é respeito, nós vivemos numa democracia. A democracia permite posições diferentes.

Eu não vou deixar entrar no debate porque nós temos que votar; só vou restabelecer que nenhum professor será impedido de falar. Se há alguém que ainda está do lado de fora, vou falar para a Segurança da Casa deixar entrar. Eu não vou entrar em questão de ordem, vamos entrar em votação.

Convido a Deputada Sandra Faraj a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, a minha palavra eu dirijo diretamente a V.Exa. Nós vimos aqui, ontem – eu não pude estar, tive de ir ao médico –, o depoimento do Secretário de Saúde.

O Secretário de Saúde do Distrito Federal faltou com a verdade perante esta Casa. Ele disse – e todos os meios de comunicação publicaram – que já havia gastado 110% do orçamento de custeio, e que a bola agora estava com os Deputados Distritais. Vi isso na *Globo*, na *Record*, na *Bandeirantes*, em todos os meios de comunicação.

Eu pedi a palavra a V.Exa. porque o Secretário mentiu, Deputado Ricardo Vale. Do total geral do Orçamento de Custeio, a dotação autorizada por esta Casa é de R$1.059.378.721,38 (um bilhão, cinquenta e nove milhões, trezentos e setenta e oito mil, setecentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos).

O Secretário empenhou R$797.000.000,00 (setecentos e noventa e sete milhões de reais), portanto 75% foram empenhados, há 25% que sequer foram empenhados, Sra. Presidenta, mas o mais grave é que ele só liquidou agora R$554.472.897,16 (quinhentos e cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, oitocentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos). Só gastou efetivamente 52% do Orçamento. Isso aqui nós pegamos do SIGGO – Sistema Integrado de Gestão Governamental do DF, que é um sistema de acompanhamento de gestão integrada.

Minha questão é para que V.Exa. faça saber ao Governador Rollemberg que o Secretário de Saúde do Distrito Federal faltou com a verdade perante esta Casa e a sociedade de Brasília. Que ele não venha colocar culpa em quem não tem culpa. Os Deputados Distritais, Presidente Deputada Celina Leão – creio que falo por todos –, não têm culpa nenhuma da incompetência dele, da irresponsabilidade dele, da

desorganização dele, que fala uma coisa nesta Casa, mas é outra completamente diferente.

Peço a V.Exa. que comunique ao Governador que o Secretário não pode mentir. Se ele tivesse sido convocado e não convidado, a gente iria enquadrá-lo por crime de responsabilidade, por ter mentido perante a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço que sejam incluídos como itens extrapauta na sessão ordinária desta terça-feira, 16 de junho de 2015, o Projeto de Lei nº 428, de 2015; o Projeto de Lei nº 371, de 2015; e a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 11, de 2015, todos de autoria do Poder Executivo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. e incluo os três itens na Ordem do Dia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, na condição de Líder do meu bloco e Líder da Maioria – temos quatro itens na pauta para serem votados hoje –, solicito a V.Exa. coloque como primeiro item da pauta a indicação do Sr. Geraldo Lourenço de Almeida, que já está há mais de sessenta dias tramitando na Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos itens nºs 1 a 106 relativos aos vetos e votar as demais proposições da Ordem do Dia. (Pausa.)

Não há manifestação em contrário.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, logo após a votação da indicação do Sr. Geraldo, quero pedir a votação do Plano Distrital de Educação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, quero dizer que gostei muito da atitude do Governador de retirar os projetos com relação à venda das empresas estatais da nossa cidade. Estou aqui apoiando a família e eu, como católica apostólica romana, estou do lado da minha igreja.

Item nº 126:

Discussão e votação, em turno único, do parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a indicação do Senhor Geraldo Lourenço de Almeida para ocupar o cargo de Diretor-Presidente do BRB Crédito, Financiamento e Investimento.

Aprovado pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, coloco o parecer favorável em discussão.

Em discussão o parecer sobre a indicação. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero agradecer a V.Exa. porque realmente esse servidor público muito vai contribuir com o BRB. A indicação já está há muito tempo nesta Casa. Hoje nós a votamos logo, que é para desincumbi-lo e ele poder assumir as atividades laborais no BRB. Quero parabenizar todos Deputados da Casa e agradecer a Deus. Que ele faça um bom trabalho no BRB.

Geraldo, que Deus o abençoe e você conduza o BRB como ele deve ser conduzido: um banco para o povo de Brasília e por Brasília.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, na verdade o Geraldo está assumindo a financeira. Não é o banco.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu recebi as notas e está escrito o seguinte: Presidente do BRB Crédito.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Exatamente. É a financeira do BRB. Dito isso, Sra. Presidente, eu quero deixar claro o seguinte: nós da bancada do Partido dos Trabalhadores, atendemos o pedido da votação no dia de hoje, mas tem que ficar claro que o Governador Rodrigo Rollemberg quebrou mais uma promessa de campanha porque ele garantiu aos servidores do BRB que todos os cargos de direção, tanto no banco como no conglomerado, que tem sete empresas, seriam preenchidos por funcionários de carreira do banco. Portanto, mais uma vez ele não está colocando funcionário de carreira.

Não estou discutindo as qualidades e a competência do Sr. Geraldo. Estou dizendo que o Governador não honrou o compromisso que fez perante os servidores.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Quero desejar ao Geraldo, que é servidor de carreira da Secretaria de Fazenda, um servidor competente, sucesso na diretoria do BRB Crédito. Esta Casa sempre vai se colocar à altura da nossa cidade.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, agradeço a V.Exa. a paciência e a consideração e agradeço também a paciência da Deputada Liliane Roriz, que está secretariando.

Quero fazer o registro de que, de um lado, defendo as paraestatais, em especial o BRB. Sempre defendi, e acho que vamos chegar a essa estatura de amadurecimento, inclusive do ponto de vista legal, para que toda a direção seja realmente de quadro de carreira. Isso é muito importante para nós.

De outro turno, quero dar meu testemunho da figura pública que é o Dr. Geraldo, de seu histórico como gestor público e, digamos assim, quero dar o depoimento de que se trata de uma escolha promissora.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 371, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais)".

Foi apresentada uma emenda de plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a emenda.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, na reunião que a UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais realizou, na conclusão dos trabalhos para eleição da nova diretoria, o Distrito Federal não indicou os dois representantes para o conselho

deliberativo. Essa é uma atribuição da Mesa Diretora. Gostaria de pedir a V.Exa. que desse encaminhamento à matéria. Vai ser extremamente importante esses dois parlamentares comporem o conselho deliberativo. Praticamente o Distrito Federal e outra unidade da Federação não haviam ainda feito a indicação.

Informo que V.Exa. também está compondo a diretoria, junto comigo. Há essas duas outras vagas que são da Câmara Legislativa, consequentemente uma indicação da Mesa Diretora.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. Vamos encaminhar para que esta Casa faça a escolha dos parlamentares. Deputado Lira, depois procure a Mesa Diretora para fazermos o encaminhamento. Se algum Deputado também quiser participar, procure a Mesa Diretora.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só para registrar que tanto a Deputada Telma Rufino quanto o Deputado Lira foram à reunião. Naturalmente não quero interferir nessa decisão, quero apenas valorizar quem valorizou o evento.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Claro, com certeza, Deputado Wasny de Roure.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 11, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "altera as redações do art. 149, § 2º, e do art. 150, § 1º, ambos da Lei Orgânica do Distrito Federal".

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Retornamos ao item extrapauta anterior:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 371, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais)".

Em virtude da retirada da emenda, segue a discussão somente sobre o projeto de lei.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 371, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 11, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "altera as redações do art. 149, § 2º, e do art. 150, § 1º, ambos da Lei Orgânica do Distrito Federal".

Foi apresentada uma emenda. A CCJ e a Comissão Especial devem analisar a proposta de emenda à Lei Orgânica e deverão se manifestar sobre o projeto.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito que seja incluída como matéria extrapauta a moção em favor dos servidores do SLU.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Pergunto aos líderes se há alguma objeção. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito que seja incluída na votação do dia a moção.

Aos Deputados que não assinaram a moção do SLU, informo que a matéria se encontra aqui na Assessoria de Plenário.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 11, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "altera as redações do art. 149, § 2º, e do art. 150, § 1º, ambos da Lei Orgânica do Distrito Federal".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 11, de 2015, acatada a Emenda Supressiva nº 1.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em virtude de a Comissão Especial não ter realizado ainda a eleição do seu Presidente e Vice-Presidente, designo o Deputado Rodrigo Delmasso para emitir parecer sobre a proposta e respectiva emenda.

Solicito ao Relator, Deputado Rodrigo Delmasso, que emita parecer da Comissão Especial Proposta de Emenda à Lei Orgânica sobre a matéria.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão Especial de Análise à Proposta de Emenda à Lei Orgânica à Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 11, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a redação do art.149, § 2o, e do art. 150, § 1o, ambos da Lei Orgânica do Distrito Federal".

No âmbito desta comissão, somos pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 11, de 2015, com a emenda apresentada.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o Deputado Agaciel Maia é testemunha. Na verdade, o Governador Agnelo tinha encaminhado o projeto no ano passado. Esse projeto ficou tramitando aqui e, quando entrou o Governador Rodrigo Rollemberg, ele o retirou de tramitação. Ele agora mandou o projeto com o mesmo teor, só que mandou de última hora. Se o tivesse deixado tramitando na época que o Governador Agnelo mandou, nós já o teríamos aprovado há muito tempo, mas tudo bem. É o mesmo projeto que nós estamos votando a favor.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão o parecer. (Pausa.)

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal n°11, de 2015, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Esta presidência informa que a proposta necessita de 16 votos para a sua aprovação.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando a proposta; os que votarem "não" estarão rejeitando-a.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra para uma questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, V.Exa. falou em votação em turno único, mas o projeto exige dois turnos de votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Faço a correção. Vamos proceder à votação em primeiro turno.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição Data: 16/06/2015

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO

☐ REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

☐ PARECER: ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO

☐ COMISSÕES: ☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CSEG ☐ CESC

☐ CDESCTMAT ☐ MESA DIRETORA ☐ COMISSÃO ESPECIAL ☐ CFGTC

☑ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): 11/2015

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☐ PROJETO DE LEI Nº(S):

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S):

☐ REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S):

☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):

☐ VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO

☑ AUTORIA: DEPUTADO(A) ☑ Poder Executivo

☐ RELATORIA: DEPUTADO(A)

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	BISPO RENATO ANDRADE	PR	X					
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT	X					
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JÚLIO CÉSAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	PROF. ISRAEL	PV	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X					
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X					
	RICARDO VALE	PT			X			
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD	X					
	TELMA RUFINO	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
	CELINA LEÃO	PDT	X					
T O T A L			22		2			

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA LILIANE RORIZ

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 — Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8793
www.cl.df.gov.br

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 22 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 123:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 118, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão e outros, que "manifesta apoio aos servidores da Carreira Gestão Sustentável de Resíduos, que, ao retornarem da Carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal – PPGG tiveram perda em seus vencimentos em torno de 15% a 20%, o que trouxe grandes prejuízos financeiros para os referidos servidores e suas famílias".

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para discutir.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu quero cumprimentar por essa iniciativa. Foram feitas várias audiências junto ao Secretário de Administração, junto ao próprio Marcos Dantas. Foi acertada uma proposta de retomar por meio de um projeto de lei corrigindo a ação direta de inconstitucionalidade que o Tribunal de Justiça acolheu a partir de uma iniciativa do Ministério Público e que trouxe, como a Deputada Liliane Roriz falou, enormes prejuízos para os trabalhadores. Já decorreram praticamente, Sra. Presidenta, seis meses. Alguns servidores tiveram reduções substanciais nos seus proventos.

Portanto, vendo aqui o Secretário Marcos Dantas, solicito a S.Exa. que acelere o encaminhamento do projeto de lei que restabelece os patamares, na medida em que os servidores do SLU – Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal foram fundidos no antigo PPGG – Políticas Públicas e Gestão Governamental, Deputado Raimundo Ribeiro. Isso foi o que provocou essa Ação Direta de Inconstitucionalidade do Ministério Público, que foi acolhida e trouxe essas perdas para os servidores, que já vinham, por vários e vários meses, recebendo os novos patamares salariais. Portanto, em função desses direitos que foram conquistados por eles, faço aqui um apelo, a exemplo dessa moção, ao Governo do Distrito Federal – o Secretário Marcos Dantas é testemunha desse esforço que temos feito – no sentido de encaminhar com celeridade, para que votemos um novo equacionamento legislativo para a matéria, que é a inconstitucionalidade dessa lei votada, se não me falha a memória, em 2013.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu acho importante a moção, e nós estamos votando a favor. Contudo, mais importante do que qualquer coisa é o Governador do Distrito Federal mandar o projeto que restabelece esse valor aos companheiros e companheiras que estão aí, porque isso é de iniciativa privativa do Governador do Distrito Federal. Portanto, é um apelo da Casa neste momento, de todos os Deputados e Deputadas para que S.Exa. encaminhe o projeto corrigindo as possíveis inconstitucionalidades, já que é de iniciativa de S.Exa., para que possamos restabelecer o patamar anterior de vida desses trabalhadores e dessas trabalhadoras.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 428, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "aprova o Plano Distrital de Educação – PDE/DF e dá outras providências".

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, quero somente reforçar meu pedido para que comecemos a votar o projeto de decreto legislativo, pela sua importância, enquanto nós temos *quorum*, respeitando o pessoal que está na galeria.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, da mesma forma, solicito que votemos rápido o projeto de decreto legislativo, que haja *quorum*, porque é um projeto importante, e que cumpramos o prazo estabelecido pelo Governo Federal.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Já fizemos até a leitura do item. Vamos entrar em processo de votação.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu também quero pedir encarecidamente que se vote logo o projeto de decreto legislativo, para podermos derrubar de vez esse negócio de gênero aí.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 428, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "aprova o Plano Distrital de Educação – PDE/DF e dá outras providências".

Tramitação concluída. Aprovados os pareceres favoráveis da Comissão de Educação, Saúde e Cultura; da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e da Comissão de Constituição e Justiça, na forma das subemendas da Comissão de Constituição e Justiça. Apresentadas duas emendas de plenário.

A Comissão de Educação, Saúde e Cultura e a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverão se manifestarão sobre as subemendas aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça – Subemendas nºs 65 a 72 e Subemendas nºs 74 a 108 e as emendas de plenário. Informo ainda que as emendas rejeitadas e admitidas na Comissão de Constituição e Justiça deverão ser destacadas e votadas em separado, conforme o disposto no art. 197, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara Legislativa.

Solicito ao Relator da Comissão de Educação e Saúde, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer sobre as subemendas aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça e as emendas de plenário.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, as emendas que têm parecer divergente já estão automaticamente destacadas, não é isso?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – É isso mesmo, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero apenas dizer ao relator da matéria que é importante ler as emendas, sob o ponto de vista regimental – há uma resolução nesse sentido –, para que possamos ter conhecimento do conteúdo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado.

Solicito ao Relator da Comissão de Educação e Saúde, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer sobre as subemendas aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça e as emendas de plenário.

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, há emendas de sua autoria. V.Exa. não pode relatá-las.

Solicito ao Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que designe relator para a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, designo o Deputado Juarezão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Peço à Assessoria de Plenário para verificar se há emendas do Deputado Juarezão. Se houver, S.Exa. não poderá relatar. (Pausa.)

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço a inclusão na pauta do Requerimento nº 670, de 2015, que cria comissão especial para acompanhar as ações do GDF quanto à questão da saúde.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado.

Solicito ao Relator, Deputado Juarezão, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre as duas emendas.

DEPUTADO JUAREZÃO (PRTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura às emendas apresentadas em plenário e às subemendas aprovadas na CCJ ao Projeto de Lei nº 428, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "aprova o Plano Distrital de Educação – PDE/DF e dá outras providências"

No âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, manifesto-me pela aprovação das duas emendas apresentadas em plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado, V.Exa. tem que emitir também parecer às subemendas da Deputada Sandra Faraj. V.Exa. pode acatar o parecer da Deputada Sandra Faraj.

DEPUTADO JUAREZÃO – Manifesto-me também pela aprovação das subemendas da Deputada Sandra Faraj e das emendas de nºs 48 a 56, apresentadas na comissão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok. V.Exa. acata? É esse o parecer? Todas as subemendas? Só para ficar claro para a Taquigrafia.

DEPUTADO JUAREZÃO – Acato todas as emendas apresentadas na Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço a V.Exa. que proceda à leitura das subemendas, para que a gente saiba, efetivamente, o que está votando.

E mais, Sra. Presidente, é importante que a galeria respeite os Deputados. Eu sei o que eu estou fazendo.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, as emendas e as subemendas estão disponíveis no sistema. Respeitando o *quorum* presente e a galeria, podíamos ir direto à votação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é regimental o meu pedido de leitura.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o Plano Distrital de Educação já foi amplamente debatido, inclusive na Comissão de Educação, Saúde e Cultura, na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Todas as subemendas são do conhecimento de todos os Parlamentares. Quero pedir o seguinte: que a gente vote o Plano Distrital de Educação com base no Regimento Interno, porque os pareceres já foram apresentados pelas três comissões – Comissão de Educação, Saúde e Cultura: Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, as emendas foram apresentadas em plenário. Logo, o Regimento determina a leitura.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, as emendas apresentadas em plenário já foram lidas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência quer fazer um esclarecimento importante: as duas emendas apresentadas em plenário foram lidas pelo Deputado. S.Exa. acatou o parecer às subemendas da Comissão de Constituição e Justiça.

Então, as duas emendas apresentadas em plenário foram lidas.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, foi dito só o número.

Quero saber qual é o medo que o pessoal tem aqui de ler as emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Bispo Renato Andrade, que faça a leitura das duas emendas que foram acatadas em plenário.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, muito obrigado.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Deputado Chico Vigilante, essa resolução é minha. V.Exa. sabe que não pode ser lida em plenário. Tem que ser na Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Sras. e Srs. Deputados, acatei a questão de ordem do Deputado Chico Vigilante. Portanto, vamos ler as duas subemendas, para esclarecimento, e continuar a votação.

(Seguem as subemendas de plenário a que se refere a Presidente.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Professor Reginaldo Veras
Assessoria jurídico-legislativa

SUBEMENDA DE PLENÁRIO Nº 109, de 2015 (ADITIVA)

(Do Deputado Professor Reginaldo Veras)

À EMENDA Nº 73 oferecida ao Projeto de Lei nº 428, de 2015, que aprova o Plano Distrital de Educação – PDE/DF e dá outras providências.

Adicione-se o inciso V, ao art. 10 da Emenda nº 73 oferecida ao Projeto de Lei nº 428, de 2015, que aprova o Plano Distrital de Educação – PDE/DF e dá outras providências, nos seguintes termos:

"V – sobre a criação do Conselho de Representantes dos Conselhos Escolares – CRECE'.

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda em comento tem por fim aprimorar o substitutivo ao PL em tela para que a criação do Conselho de Representantes dos Conselhos Escolares – CRECE não fica sem um limite temporal.

Com efeito, com a criação do inciso V, em questão, também fica fixado um prazo razoável para o Poder Executivo encaminhe a esta Casa o projeto para a criação desses órgãos em epígrafe.

Logo, requeiro a aprovação desta Emenda.

Brasília/DF, 16 de junho de 2015.

Sala das Sessões, em ...

16.615 17h

Deputado Professor REGINALDO VERAS

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Professor Reginaldo Veras
Assessoria jurídico-legislativa

SUBEMENDA DE PLENÁRIO Nº 110, de 2015 (MODIFICATIVA)

(Do Deputado Professor Reginaldo Veras)

À Subemenda nº 100 ao Substitutivo do Anexo do Projeto de Lei nº 428, de 2015, que aprova o Plano Distrital de Educação – PDE/DF e dá outras providências.

Dê-se à descrição das Estratégias 4.31, da Meta 4, alterada pela Subemenda nº 100 ao Substitutivo do Anexo do Projeto de Lei nº 428, de 2015 a seguinte redação:

"Meta 4 (...)

4.31 Adaptar, no prazo de vigência deste plano, desde o início de sua entrada em vigor, os prédios escolares já existentes, segundo padrões nacionalmente estabelecidos de acessibilidade, somente sendo admitida pelas autoridades competentes a autorização de funcionamento de novas escolas, públicas e privadas, em conformidade com as adaptações indispensáveis às necessidades do estudante deficiente".

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebi em 16/6/15 às 17h
Assinatura Matrícula

JUSTIFICAÇÃO

Para resguardar o direito à acessibilidade é que ofertamos a presente subemenda, tendo em vista que os prédios onde funcionam a grande maioria das

instituições de ensino não foram construídas pensando nas necessidades especiais de pessoas com dificuldade de locomoção e acessibilidade.

A subemenda também visa respeitar a eficácia dos dispositivos legais a um prazo razoável, de maneira a não gerar um dever inexequível com o orçamento.

Assim, para que a adaptação dos prédios à acessibilidade seja garantida é que requeremos a aprovação, na forma desta subemenda.

Brasília/DF, 16 de junho de 2015.

Sala das Sessões, em ...

Deputado Professor REGINALDO VERAS

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o parecer que foi aprovado na Comissão de Educação, Saúde e Cultura foi às subemendas apresentadas em plenário, certo?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não, Deputado, fazendo uma correção. Foi aprovado com todas as emendas da Deputada Sandra Faraj e as duas subemendas do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Então foram aprovadas todas as subemendas que apresentaram na Comissão de Constituição e Justiça e as duas que foram apresentadas aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Exatamente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada, eu apresentei, com o Deputado Prof. Reginaldo Veras, duas emendas na Comissão de Constituição e Justiça ontem. Eu estou entendendo, Deputada Sandra Faraj, que constam do seu parecer favorável as duas emendas. Então, estão aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça, mas precisam ser apreciadas na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, como também na Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 428, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "aprova o Plano Distrital de Educação – PDE/DF e dá outras providências".

Sra. Presidente, examinando as subemendas apresentadas na Comissão de Constituição e Justiça, bem como as duas emendas apresentadas em plenário, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, baseada no art. 64, é de parecer favorável à admissibilidade das referidas emendas.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, com relação às emendas, estão destacadas?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Estão destacadas, Deputado.

Esta Presidência avisa que nós vamos votar o projeto naturalmente e depois vamos ler as emendas que estão destacadas. Ok, Deputado Chico Vigilante?

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O Deputado Cristiano Araújo solicitou declaração de voto.

Retorno o projeto à Comissão de Constituição e Justiça. Foi feita a observação de que as duas emendas de plenário não tiveram parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Lembro aos Parlamentares que nós temos onze emendas destacadas. Nós iremos ler todas e colocar em votação uma por uma.

Solicito à Deputada Sandra Faraj que emita parecer sobre as duas emendas de plenário do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às Subemendas nºs 109 e 110 ao Projeto de Lei nº 428, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "aprova o Plano Distrital de Educação – PDE/DF e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade das Subemendas nºs 109 e 110, apresentadas em plenário.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Passa-se à apreciação do projeto, em primeiro turno, sem prejuízo da parte destacada. Só para esclarecer ao Plenário, informo que foram destacadas as Emendas nº 18, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 e 56.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Conforme o disposto no art. 197, inciso IV, do Regimento Interno, passamos à apreciação da parte destacada.

Vou pedir um apoio aos Deputados: enquanto estivermos lendo, deixem terminarmos a leitura, porque senão não conseguimos encaminhar a votação. Assim que eu terminar de ler, V.Exas. façam as suas questões de ordem.

Consulto os Líderes se nós podemos votar em bloco as emendas destacadas depois da leitura de todas elas.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, nós da bancada do Partido dos Trabalhadores estamos de acordo com a proposta de V.Exa. Votaremos em bloco.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Pelo Bloco Amor por Brasília, também votaremos em bloco as emendas destacadas, Sra. Presidente.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, pela Liderança do Bloco Força do Trabalho, também concordamos com a proposta de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Pelo nosso bloco, também estamos de acordo, Sra. Presidente.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o nosso bloco precisa votar separadamente a Emenda nº 105 e a nº 94.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – As emendas nº 105 e nº 94 não estão destacadas, Deputado. Eu fiz a leitura das emendas que foram destacadas.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Então, há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Sr. Secretário que faça a leitura de todas as emendas destacadas.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Emenda nº 18, de 2015, modificativa, de autoria do Deputado Cristiano Araújo:

"Dê-se à estratégia 1.2 da Meta 1 do anexo ao Projeto de Lei nº 428/2015 a seguinte redação:

'Meta 1 (...)

(...)

1.2 Admitir, até o fim deste PDE, o financiamento público das matrículas, em creches e pré-escolas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público'."

Emenda nº 48, de 2015, modificativa, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso e outros.

"Dê-se à descrição das Estratégias 1.14 e 1.23 da Meta 1 do Anexo do Projeto de Lei nº 428/2015 a seguinte redação:

'Meta 1 (...)

1.14 Orientar as instituições educacionais, as quais atendem crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, que agreguem ou ampliem, em suas práticas pedagógicas cotidianas, ações que visem ao enfrentamento da violência sexual e outros tipos de violência, a inclusão e o respeito às diversidades de toda ordem: raça, etnia, religião etc., a promoção da saúde e dos cuidados e convivência escolar saudável e o estreitamento da relação família-criança-instituição.

(...)

1.23 Assegurar que a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Educação Patrimonial sejam contempladas conforme estabelecem o art. 26-A da LDB (Leis nº 10.639/03 e 11.645/08), Parecer nº 03/2004 CNE/CP – Diretrizes Curriculares Nacionais para a

Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; a Resolução nº 01/2012 CEDF, Art. 19, VI; a Lei nº 4920/2012 – CLDF'."

Emenda nº 49, de 2015, modificativa, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso e outros:

"Dê-se à descrição das Estratégias 2.20, 2.46 e 2.47 da Meta 2 do Anexo Q

do Projeto de Lei nº 428/2015 a seguinte redação:

'Meta 2 (...)

2.20 Garantir que as unidades escolares de Ensino Fundamental, no exercício de suas atribuições no âmbito da rede de proteção social, desenvolvam ações com foco na prevenção, detecção e encaminhamento das violações de direitos das crianças e adolescentes (violências psicológica, física e ou sexual, negligência, constrangimento, exploração do trabalho infanto-juvenil, uso indevido de drogas, discriminação racial, entre outras), por meio da inserção dessas temáticas no projeto político pedagógico e no cotidiano escolar, identificando, notificando e encaminhando os casos aos órgãos competentes.

(...)

2.46 Assegurar que a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Educação Patrimonial sejam contempladas conforme estabelecem o art. 26-A da LDB (Leis nº 10.639/03 e 11.645, Parecer nº 03/2004 CNE/CP – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; a Resolução 01/2012 CEDF, Art. 19, VI; a Lei nº 4920/2012 – CLDF.

2.47 Implementar políticas de prevenção à evasão, motivada por preconceito e discriminação racial, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.'."

Emenda nº 50, de 2015, modificativa, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso e outros.

"Dê-se à descrição das Estratégias 3.8, 3.12, 3.14 e 3.18 da Meta 3 do Anexo do Projeto de Lei nº 428, de 2015, a seguinte redação:

'Meta 3 (...)

(...)

3.8 Assegurar que a educação das relações étnico-raciais e a educação patrimonial sejam contempladas conforme

estabelecem o art. 26-A da LDB (Lei nº 10.639, de 2003, e Lei nº 11.645, de 2008); o Parecer CNE/CP nº 3, de 2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; a Resolução nº 1, de 2012 –CEDF, art. 19, VI; a Lei nº 4.920, de 2012, CLDF, fomentando políticas de promoção de uma cultura de direitos humanos no ensino médio, pautada na democratização das relações, na valorização da família e na convivência saudável com toda a comunidade escolar.

(...)

3.12 Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação racial, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

(...)

3.14 Garantir que as unidades escolares do ensino médio, no exercício de suas atribuições no âmbito da rede de proteção social, desenvolvam ações com foco em prevenção, detecção e encaminhamento das violações de direitos de jovens e de adolescentes (violências psicológica, física e/ou sexual, negligência, constrangimento, exploração do trabalho juvenil, uso indevido de drogas, discriminação racial, entre outras), por meio da inserção dessas temáticas no projeto político-pedagógico e no cotidiano escolar, identificando, notificando e encaminhando os casos aos órgãos competentes.

(...)

3.18 Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito sob quaisquer forma de manifestação – verbal, física, escrita, virtual, psicológica e *bullying* –, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão em razão de discriminação racial e de classe.'."

Emenda nº 51, de 2015, modificativa, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso e outros.

"Dê-se à descrição da Estratégia 7.9 da Meta 7 do Anexo do Projeto de Lei nº 428, de 2015, a seguinte redação:

'Meta 7 (...)

(...)

7.9 Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, e assegurar que a educação das relações étnico-raciais e a educação patrimonial sejam contempladas.'."

Emenda nº 52, de 2015, modificativa, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso e outros.

"Dê-se à descrição das Estratégias 8.12 e 8.13 da Meta 8 do Anexo do Projeto de Lei nº 428, de 2015, a seguinte redação:

'Meta 8 (...)

(...)

8.12 Assegurar que a educação das relações étnico-raciais e a educação patrimonial sejam contempladas conforme estabelecem o art. 26-A da LDB (Lei nº 10.639, de 2003, e Lei nº 11.645, de 2008); o Parecer CNE/CP nº 3, de 2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; a Resolução nº 1, de 2012 –CEDF, art. 19, VI; a Lei nº 4.920, de 2012, CLDF.

8.13 Implementar políticas de prevenção à interrupção escolar motivada por preconceito, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.'."

Emenda nº 53, de 2015, modificativa, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso e outros.

"Dê-se à descrição das Estratégias 10.18 e 10.22 da Meta 10 do Anexo do Projeto de Lei nº 428, de 2015, a seguinte redação:

'Meta 10 (...)

(...)

10.18 Assegurar que a educação das relações étnico-raciais e a educação patrimonial sejam contempladas conforme estabelecem o art. 26-A da LDB (Lei nº 10.639, de 2003, e Lei nº 11.645, de 2008); o Parecer CNE/CP nº 3, de 2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; a

Resolução nº 1, de 2012 –CEDF, art. 19, VI; a Lei nº 4.920, de 2012, CLDF.

(...)

10.22 Assegurar às pessoas estudantes em cumprimento de medida judicial de privação de liberdade no Sistema Prisional do DF a equidade no atendimento escolar, incluindo ações afirmativas e a promoção do respeito à diversidade étnico-racial com o objetivo de minimizar as injustiças e a exclusão social.'."

Emenda nº 54, de 2015, modificativa, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso e outros.

"Dê-se à descrição da Estratégia 12.11 da Meta 12 do Anexo do Projeto de Lei nº 428, de 2015, a seguinte redação:

'Meta 12 (...)

(...)

12.11 Assegurar que as instituições públicas de ensino superior do Distrito Federal incluam, nos cursos de graduação, componente curricular e atividades relacionadas à educação das relações étnico-raciais, diversidades e substâncias psicoativas, explicitados no Parecer CNE/CP nº 3, de 2004; na Resolução CNE/CP nº 1, de 2004; e na Resolução nº 2, de 2012, do CEDF, artigo 19, inciso VI.'."

Emenda Modificativa nº 55, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso e outros.

"Dê-se à descrição da Estratégia 15.3 da Meta 15 do Anexo do Projeto de Lei nº 428, de 2015, a seguinte redação:

'Meta 15 (...)

(...)

15.3 Implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e para a Educação Especial, para a Educação Étnico-Racial (antirracista), para a Educação de Jovens e Adultos, para medidas socioeducativas, para o Sistema Prisional e para a Educação Bilíngue (Lei Distrital nº 5.016, de 2013) na Educação Básica.'."

Emenda Modificativa nº 56, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso e outros.

"Dê-se à descrição das Estratégias 21.4 e 21.11 da Meta 21 do Anexo do Projeto de Lei nº 428, de 2015, a seguinte redação:

'Meta 21 (...)

(...)

21.4 Garantir a equidade no atendimento escolar prestado aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, incluindo ações afirmativas, promoção do respeito à diversidade étnico-racial, no âmbito do atendimento socioeducativo, com o objetivo de erradicar injustiças e a exclusão social.

(...)

21.11 Assegurar que a educação das relações étnico-raciais e a educação patrimonial sejam contempladas conforme estabelecem o art. 26-A da LDB (Lei nº 10.639, de 2003, e Lei nº 11.645, de 2008); o Parecer CNE/CP nº 3, de 2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; a Resolução nº 1, de 2012 –CEDF, art. 19, VI; a Lei nº 4.920, de 2012, CLDF.'."

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Passa-se à votação, em separado, das emendas destacadas do Projeto de Lei nº 428, de 2015, que "aprova o Plano Distrital de Educação – PDE/DF e dá outras providências".

Em discussão as emendas destacadas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a V.Exa. que a votação seja em processo nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. Procederemos à votação em processo nominal.

Quero fazer um esclarecimento. Os Deputados que forem favoráveis às emendas destacadas votem "sim". Os Deputados que forem contrários às emendas destacadas votem "não".

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para encaminhar a votação. Sem

revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero fazer encaminhamento, como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, aos Parlamentares que foram signatários dessa frente parlamentar para que, em defesa da criança e do adolescente e em defesa da família, votem "sim".

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Rodrigo Delmasso, o encaminhamento está errado. Se V.Exa. falar "sim", vai acatar as emendas que foram destacadas. A Assessoria de Plenário esclarece que quem quiser acatar as emendas – porque elas já foram derrotadas na Comissão de Constituição e Justiça – que o Deputado Chico Vigilante destacou...

(Intervenções fora do microfone.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Isso. Eu pedi para votar "sim" pelas emendas porque elas foram acatadas na CCJ, e o relatório do Deputado Juarezão, pela Comissão de Educação, Saúde e Cultura, também acatou as emendas que foram discutidas na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando as emendas destacadas; os que votarem "não" estarão rejeitando-as.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

(Manifestações da galeria.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

Data: 16/06/2015 18:19

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE DESTAQUE EM PLENÁRIO

Conforme art. 172, 173, 174, 197– I, IV, XII, XV do REGIMENTO INTERNO solicito DESTAQUE da(o):
☒EMENDA(S)_Nº 18, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 E 56

☐PARTE (S) DA PROPOSIÇÃO. ART.(S)_____
☐PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)_____
☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)_____
☒PROJETO DE LEI Nº(S) 428/2015
☐PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)_____
☐PARCIAL DO VETO TOTAL:_____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBS*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	BISPO RENATO ANDRADE	PR	X					
	CHICO LEITE	PT		X				
	CHICO VIGILANTE	PT		X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT		X				
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JULIO CESAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. ISRAEL	PV		X				
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		X				
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X					
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X					
	RICARDO VALE	PT		X				
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD	X					
	TELMA RUFINO	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT		X				
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	CELINA LEÃO	PDT	X					
	TOTAL		16	7		1		

SECRETÁRIO: DEPUTADA LILIANE RORIZ

1

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 — Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8793
www.cl.df.gov.br

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação. As Emendas destacadas nºs 18, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, e 56 foram aprovadas com 16 votos sim e 7 votos não. Houve 1 ausência.

Estão aprovadas as emendas ao Projeto de Lei nº 428, de 2015

(Manifestações da galeria.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO.) – Concedo a palavra a V.Exa.

(Manifestações da galeria.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o que eu quero levantar é...

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Olha, temos o segundo turno!

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Bem, Sra. Presidente, eu quero observar que, primeiro, esta Casa está de parabéns, porque ela está se tornando mesmo o palco das grandes discussões do Distrito Federal. Isso é fundamental!

Eu gostaria de fazer um agradecimento muito especial e um convite a todos esses jovens cristãos que estão aqui para que se sintam em casa, esta Casa é de vocês. É necessário que, cada vez que sejam convidados a participar dessas discussões, vocês se façam presentes, porque a força de vocês é que faz com que as coisas funcionem.

Muito obrigado pela presença de cada um.

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Lembro ao pessoal da galeria que aqui há jovens pertencentes a várias religiões: evangélicos, católicos... Há pessoas de várias religiões e todos estão aqui para defender a família brasiliense.

Eu também quero agradecer todos os *e-mails* que me mandaram pedindo apoio e esclarecendo a questão do gênero. Então, eu queria agradecer os *e-mails* recebidos de todas as pessoas. Obrigado.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem relacionada ao que o meu amigo Deputado Raimundo Ribeiro falou. Os jovens cristãos e os não cristãos, todos, têm porta aberta nesta Casa. Esta é a Casa do Povo, de todos os povos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – É verdade, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo para declaração de voto.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, eu também posso fazer no segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Deputado Cristiano Araújo quer fazer a declaração de voto no segundo turno.

Item nº 123:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 118, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão e outros, que "manifesta apoio aos servidores da Carreira Gestão Sustentável de Resíduos que, ao retornarem da carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal – PPGG, tiveram perda em seus vencimentos em torno de 15% a 20%, o que trouxe grandes prejuízos financeiros para os referidos servidores e suas famílias".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a moção permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A moção está aprovada com a presença de 23 Deputados.

Eu gostaria de lembrar que temos a votação do segundo turno ainda desse projeto.

Item nº 118:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2013, de autoria do Deputado Joe Valle, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília à Senhora Maria da Glória Borges Pinheiro".

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço para votarmos em segundo turno o projeto do Plano Distrital de Educação, para avançarmos na pauta. Também solicito que a votação seja nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a questão de ordem de V.Exa.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para a apreciação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 428, de 2015 e do Projeto de Lei nº 371, de 2015.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h28min.)